



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7721 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

ANÁLISE DO IMPACTO DA TITULAÇÃO DOCENTE SOBRE O ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC) DOS INSTITUTOS E CENTROS FEDERAIS

Denilson Junio Marques Soares - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

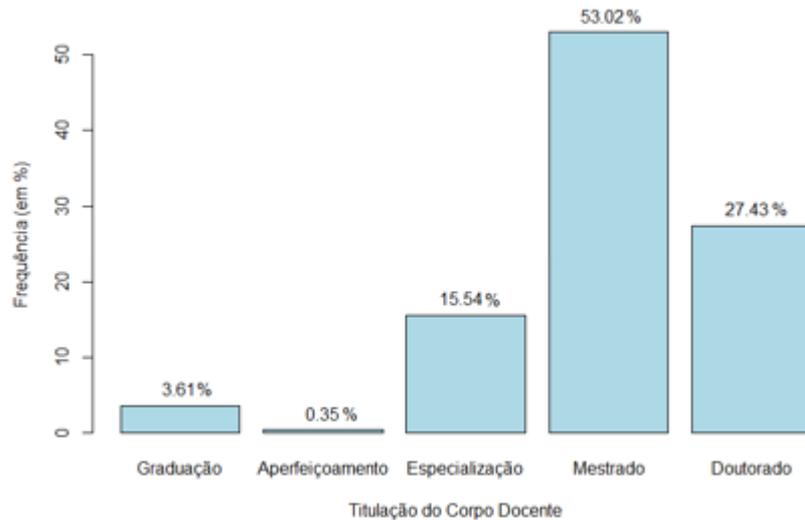
Talita Emidio Andrade Soares - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

ANÁLISE DO IMPACTO DA TITULAÇÃO DOCENTE SOBRE O ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC) DOS INSTITUTOS E CENTROS FEDERAIS

Os Institutos Federais (IFs) criados pela Lei nº 11.892/2008, quando o Ministério da Educação (MEC) instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) (BRASIL, 2008), trouxeram uma proposta singular de organização e gestão à luz de uma “educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente” (PACHECO, 2009, p. 17).

De acordo com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), entre as políticas de implantação dos IFs adotadas, encontra-se o apoio à elevação da titulação dos profissionais que neles atuam, sobretudo com a formação de mais mestres e doutores, com a promoção de políticas sistêmicas como o Programa Gestor e o Programa Institucional de Qualificação Docente para a RFEPCT (PIQDTEC), que proporcionaram a formação de centenas de mestres e doutores da Rede (BRASIL, 2010).

No geral, essas políticas obtiveram resultados bastante expressivos que corroboraram para o alto nível de titulação entre os docentes da Rede, conforme ilustra o Gráfico 1, construído a partir de informações sobre os 38 Institutos e 2 Centros Federais (CEFETs), extraídas da Plataforma Nilo Peçanha.

Gráfico 1 – Titulação do Corpo Docente dos IFs e CEFETs

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de informações da Plataforma Nilo Peçanha (2020).

Também é preciso pontuar que a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), mediante a promulgação da Lei nº 12.772/2012 que, por meio da Retribuição por Titulação (RT), valoriza a titulação docente, também corrobora para este resultado. Entretanto, considerando que a referida Lei, em seu artigo décimo, estabelece que os concursos públicos voltados para o ingresso de professores na carreira não podem exigir títulos de pós-graduação aos candidatos (BRASIL, 2012), é preciso que se estabeleça a continuidade dessas políticas de incentivo à titulação, o que tem se tornado um desafio se considerado o atual cenário político que pouco tem feito para garanti-las.

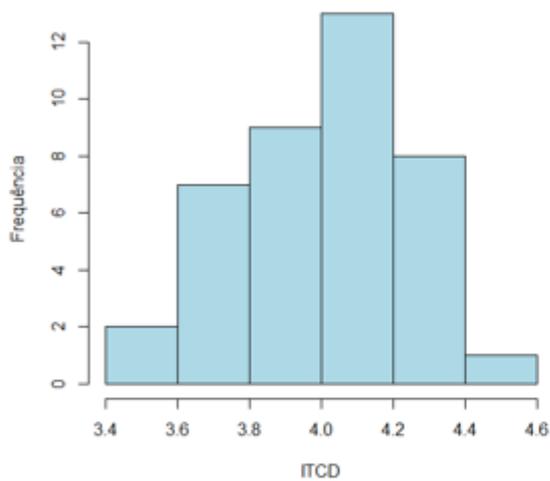
No sentido de discutir a importância de tais políticas para a qualidade dos cursos de nível superior oferecidos por estas Instituições de Ensino (IES), esta pesquisa se insere no intuito de analisar como a titulação docente oferece impacto sobre o Índice Geral de Cursos (IGC), indicador de qualidade da educação superior, calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Para isto, adota-se uma metodologia descritiva, de abordagem quantitativa, mediante a aplicação de um modelo de regressão linear em um conjunto de dados referentes aos 38 IFs e 2 CEFETs, que consideram o Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD), como variável independente, e o IGC, como variável dependente, assumindo como fontes os portais eletrônicos do INEP e da SETEC e a plataforma Nilo Peçanha. Utilizou-se o *software* estatístico R como facilitador e adotou-se 5% como nível de significância para as análises realizadas.

O ITCD é um indicador de gestão, desenvolvido pela SETEC, que atribui pesos aos professores efetivos por nível de titulação conforme uma escala de 1 a 5 para, respectivamente, graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado. Em suma, quanto maior o ITCD, mais alto o nível de titulação dos docentes. Já o IGC, que também é apresentado em uma escala ordinal de 1 a 5, se baseia no desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e em variáveis que avaliam o perfil do corpo docente, a infraestrutura das IES e sua organização didático-pedagógica. Para o conjunto de dados analisados, construiu-se os Gráficos 2 e 3 com

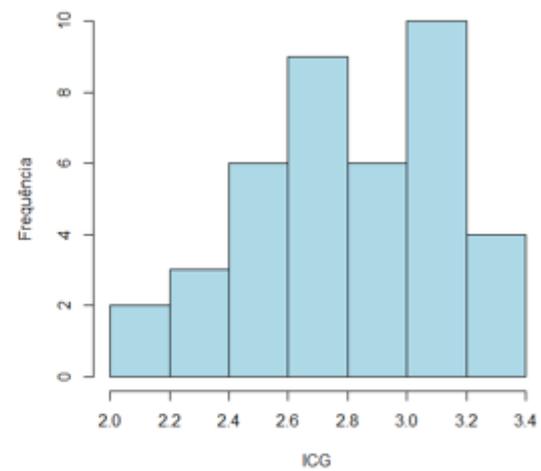
informações acerca da distribuição de frequências destes indicadores e o Gráfico 4 de dispersão, em que se pode perceber a existência de uma relação linear entre eles.

Gráfico 2 – Distribuição de Frequências para ITCD



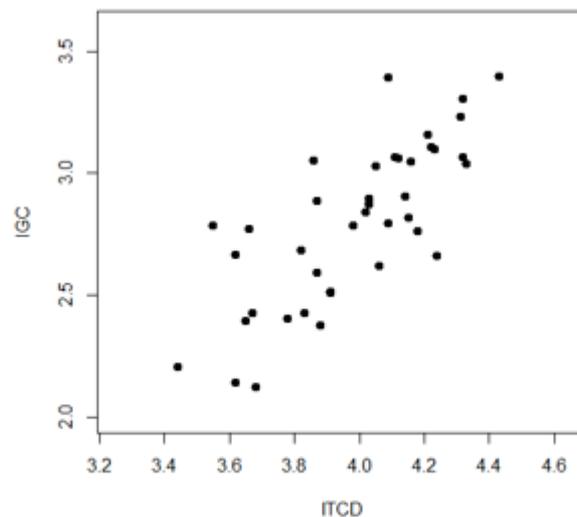
Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de informações da SETEC (2020).

Gráfico 3 – Distribuição de Frequências para ICG



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de informações do INEP (2020).

Gráfico 4 – Gráfico de dispersão entre as variáveis ITCD e ICG



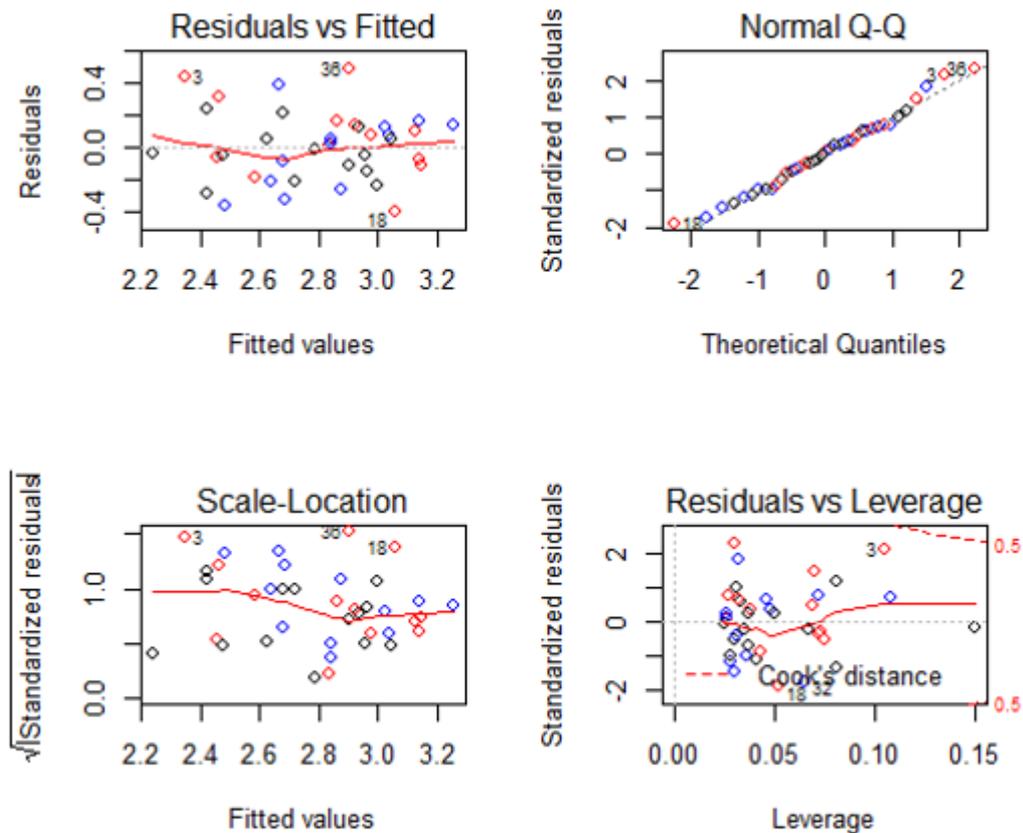
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Esta relação foi confirmada pelo Coeficiente de Correlação de *Spearman*, pelo qual obteve-se um valor significativo ($p\text{-valor} \approx 0$) e alto ($\rho \approx 74,82$), indicando uma correlação forte entre as variáveis e sugerindo a aplicação de um modelo de regressão linear para avaliar o impacto da variável independente sobre a variável dependente (GUJARATI; PORTER, 2011). Mediante o método dos mínimos quadrados ordinários (MQO), encontrou-se a seguinte equação de regressão:

$$ICG = -1.2970 + 1.0274 \times ITCD$$

Para a análise do modelo proposto, apresenta-se a Figura 1, em que se pode observar uma tendência linear nos dados (gráfico Residuals vs Fitted), normalidade dos resíduos (gráfico Normal Q-Q), homocedasticidade (gráfico Scale-Location) e ausência de outliers, determinada pela distância de Cook (Residuals vs Leverage). Em síntese, estes diagnósticos indicam que o modelo é adequado para os dados e que a análise de regressão pode ser interpretada.

Figura 1 - Gráficos diagnósticos do modelo proposto.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Conforme modelo proposto, concluiu-se que para um aumento de uma unidade no indicador ITCD – o que indicaria a elevação média de um nível na titulação dos docentes analisados – estima-se um aumento médio de 1,0274 no IGC da unidade. Ademais, a análise do coeficiente de determinação ajustado indicou que cerca de 60% da variação observada no IGC está sendo explicada pelo modelo, um valor significativo, conforme literatura da área (GUJARATI; PORTER, 2011, CECON *et al.*, 2012).

Os resultados obtidos indicam a necessidade de se promover a elevação da titulação dos professores das unidades analisadas, de modo a se alcançar melhores notas no IGC, considerado, atualmente, o principal indicador de qualidade dos cursos de nível superior no Brasil. É preciso, portanto, uma maior preocupação com a formulação de políticas públicas educacionais voltadas para este fim e que não apenas permitam um afastamento das atividades profissionais para dedicação integral aos programas de pós-graduação, mas também ofereçam subsídios para tal. Também ressalta-se a importância da ampliação de programas de Mestrado (Minter) e Doutorado Interinstitucional (Dinter) que versam para a

formação, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, de docentes das IES do país.

Entretanto, em conformidade com Barros (2016), reconhece-se que “somente a elevação da titulação na área específica das disciplinas que lecionam não resolve o problema da falta de formação em educação, com foco na dimensão pedagógica para o exercício da docência, uma necessidade premente entre esses professores” (p. 99). Este *déficit*, amplamente discutido em pesquisas educacionais, pode trazer consequências irreparáveis no desenvolvimento da prática docente, sendo necessário também o incentivo à formação didático-pedagógica dos professores não licenciados da rede.

Espera-se que esta pesquisa, embora de caráter inicial, possa contribuir para o debate desta temática e auxilie professores e pesquisadores na compreensão da relação existente entre as variáveis apresentadas.

Palavras-chave: Titulação docente. Índice Geral de Cursos. Institutos Federais.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. B. **Formação e docência de professores bacharéis na educação profissional e tecnológica no IFRN: uma interface dialógica emancipatória**. 2016. 336f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

BRASIL. Lei. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, v. 30, 2008.

BRASIL. **Concepção e Diretrizes dos Institutos Federais**. MEC/INEP: 2010.

BRASIL, Lei Nº. 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2012.

CECON, P. R. et al. **Métodos Estatísticos**. Viçosa/MG, Editora UFV, 2012.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5 ed. Amgh Editora, 2011.

PACHECO, E. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009.